Nº 80 · JUNHO DE 2012
Suplemento Informativo
dos Deputados Socialistas
no Parlamento Europeu

EUROPA

PE condena golpe de Estado na Guiné-Bissau e CEDEAO por apoiar os golpistas

Ana Gomes

A 25 de maio passado, juntei numa reunião, em Lisboa, o Presidente interino da Guiné-Bissau, Raimundo Pereira, o Primeiro-Ministro, Carlos Gomes Júnior, o Ministro dos Negócios Estrangeiros e representantes de todas as forças políticas portuguesas com assento no PE, para os ouvir sobre as circunstâncias em que ocorreu o golpe de Estado na Guiné Bissau, a 12 de abril.

Foi ali refutado o pretexto avançado pelos golpistas, de que importaria agir contra a presença no território nacional de um contingente militar angolano (de 300 homens) fortemente armado. Os representantes guineenses explicaram que a presença desta força respondeu a um pedido das autoridades da Guiné-Bissau, subscrito pela Assembleia Nacional, porque a CEDEAO (Comunidade Economica dos Estados da Africa Ocidental) tinha falhado no compromisso de fornecer tropas para ajudar a garantir a segurança do país, depois dos assassinatos de Nino Vieira e do então CEMGFA, em 2010. Além disso, a retirada das tropas angolanas estava prevista para se iniciar a 14 de abril, ou seja, dois dias depois do golpe de Estado (e entretanto concretizou-se). Presidente e Primeiro Ministro manifestaram, então, preocupação com a ambiguidade das posições da CEDEAO, que, apesar de declarar condenar o golpe e até os ter ajudado a sair da prisão, na prática estava a respaldar a instalação ilegítima dos golpistas no controlo do Estado guineense, em contradição com as decisões do Conselho de Segurança da ONU.

Semanas depois, a 13 de junho, o Parlamento Europeu/PE condenou o golpe de Estado na Guiné-Bissau, numa resolução que reuniu o apoio da esmagadora maioria dos seus membros, exigindo o retorno à ordem constitucional e a realização da segunda volta das eleições presidenciais. A resolução resultou do trabalho conjunto desenvolvido por deputados portugueses de vários quadrantes políticos (Rui Tavares, Diogo Feio e eu própria) no sentido de sensibilizar o PE e a Alta Representante para a Política Externa e Vice-Presidente da Comissão Europeia, Sra. Ashton, para a questão guineense.

O objetivo da resolução do PE é pressionar a União Europeia a enviar sinais inequívocos de que não tolera a tomada do poder pela força. E encorajar uma contribuição europeia, não apenas no apoio humanitário à população guineense, mas também para a restauração da ordem democrática na Guiné-Bissau, designadamente através do envio de uma missão no quadro da PCSD (Politica Comum de Seguranca e Defesa), articulando-se com a ONU, UA (União Africana), CPLP e outras organizações diretamente interessadas, como a CEDEAO. Missão que deverá ajudar a levar a cabo a reforma do setor de segurança na Guiné Bissau - porque sem os militares nos quartéis, submetidos ao poder político, a Guiné Bissau não alcançará realmente segurança, estabilidade democrática ou desenvolvimento.

A resolução do PE não escamoteia o papel dúplice e pernicioso que tem tido a CEDEAO no processo guineense, um reflexo certamente da disputa por influência regional que se trava entre Nigéria, Africa do Sul e Angola. O PE condena expressamente a CEDEAO por vir apoiando os golpistas, em violação das resoluções do Conselho de Segurança, da UA e das obrigações dos seus próprios membros, como Estados ACP, isto é, como parceiros da UE vinculados pelo Acordo de Cotonou ao respeito pela legalidade democrática.

A UE precisa de parceiros de confiança nesta parte do mundo - a região do Sahara/Sahel alargada, que liga o Norte de Africa à Nigéria. Pois é a própria segurança europeia que é afectada, e visada, pelas organizações terroristas da "Al Qaeda no Margreb Islâmico" e do "Boko Haram", que atuam nesta vasta zona, a par de outras redes de criminalidade organizada, desde os traficantes de armas e de seres humanos aos narcotraficantes que instrumentalizam a fragilidade do Estado da Guiné-Bissau.

Enfim, importa fazer compreender à UE que, ajudando a Guiné Bissau, estará a ajudar-se a si própria.

O Presidente interino da Guiné-Bissau, Raimundo Pereira, e o Primeiro-Ministro, Carlos Gomes Júnior, no encontro com eurodeputados em Lisboa

Otimismo prudente

Capoulas Santos

Apresentei recentemente na Comissão de Agricultura do Parlamento Europeu, numa sessão bastante concorrida e participada, os meus relatórios sobre a Reforma da PAC para o período 2014/2020. As reações surpreenderam-me pela positiva. Não que não tenham sido feitas críticas, mas o seu tom ficou aquém do que eu esperava e os alvos não foram as questões que considero mais relevantes.

Bem sei que, como diz o nosso bom povo, "quando a esmola é grande o pobre desconfia", e que se tratou apenas de uma primeira apresentação e discussão, apenas poucos dias após a disponibilização dos relatórios nas diferentes línguas, mas, seja como for, não deixei de ficar surpreendido. A questão mais importante e politicamente mais sensível têm a ver com a repartição financeira das dotações do 1º Pilar, isto é, os chamados pagamentos diretos, que são financiados a 100% pelo orçamento comunitário. No passado, os envelopes nacionais eram calculados a partir das quantidades produzidas por cada agricultor, essencialmente cereais e carne de bovino. O montante do envelope nacional de cada Estado-membro era assim correspondente ao somatório dos montantes individuais de cada um dos seus agricultores. Havendo países com melhores condições de solos, de clima e de organização da produção, tal conduziu a diferenças significativas dos apoios médios por agricultor. É por isso que um agricultor holandês recebe hoje, em média, 457 € por hectare e um letão 95€/ha, cabendo ao português, em média, 187€/ha.

Na nova arquitetura da PAC pretende-se que esta lógica produtivista, que conduziu a excedentes de produção e a consideráveis danos ambientais, uma vez que estimulava a lógica quantitativa, seja substituída por uma lógica qualitativa, centrada na valorização da qualidade e privilegiando sobremaneira a vertente ambiental. Isto é, compensando a perda de rendimento dos agricultores causada pelo esforço que são obrigados a fazer para garantir melhor qualidade dos produtos e, ao mesmo tempo, para "produzir" mais valias ambientais, num quadro de sustentabilidade, de que beneficia toda a sociedade e que justifica e legitima o recebimento de apoios financeiros públicos.

Faria assim todo o sentido que, na nova PAC, se definissem os novos critérios para atribuição das ajudas e, em função disso, se aplicassem a cada um dos agricultores, resultando assim o montante dos novos envelopes nacionais de cada um dos Estados-membros. Infelizmente, não foi essa a proposta da Comissão Europeia. A Comissão propôs como ponto de partida a manutenção do orçamento atualmente existente em cada país, introduzindo tímidos mecanismos de correção, com o argumento de que o realismo politico não permite ir mais longe, dada a oposição dos atuais maiores beneficiários da PAC, que são simultaneamente os maiores contribuintes líquidos do orçamento comunitário.

De acordo com tal mecanismo, alguns países entre os quais Portugal veriam ligeiramente melhorada a sua situação, reduzindo-se também ligeiramente os apoios aos países com ajudas por hectare acima da média europeia que ronda atualmente os 265€/ha. A minha proposta alternativa, enquanto relator do PE, tendo em conta a correlação de forças existente, a favor e contra a redistribuição, visa ir mais longe do que a Comissão propõe, reforçando as dotações dos países com médias mais baixas, como é o caso dos três países bálticos, da Polónia, da Roménia e de Portugal, e reduzindo as dos que beneficiam de médias mais elevadas como é o caso da França e da Alemanha, mantendo os demais Estados-membros numa situação praticamente neutral. A ser aprovada tal proposta, tal representaria para Portugal um acréscimo de 350 milhões de € para o período de programação, num contexto de um orçamento agrícola global substancialmente mais baixo a repartir por 28 Estados-membros (a Croácia será membro da UE a curto prazo), em vez dos 15 que beneficiaram da repartição anterior. Os próximos meses esclarecerão o grau adesão à realidade das propostas que acabo de apresentar. Basta, "apenas", convencer a Comissão e conseguir uma maioria a favor no PE e outra no Conselho.

Quadro Financeiro Plurianual - implicações regionais

Luís Paulo Alves

O novo Quadro Financeiro Plurianual para o período 2014-2020 está ainda em debate, não havendo ainda um acordo definitivo. A indefinição em relação à situação económica da Europa também tem ajudado a adiar um acordo final, previsto para 2013. Um dos objetivos mais importantes da União Europeia (UE) e dos seus orçamentos é a coesão, inscrito nos Tratados, que significa a promoção da convergência económica, social e territorial. Neste contexto, a Política de Coesão (PC) tem por objetivo promover um desenvolvimento harmonioso do conjunto da UE, contribuindo para reduzir a disparidade entre os níveis de desenvolvimento das diversas regiões e combater o atraso das regiões mais desfavorecidas. De acordo com a proposta da Comissão Europeia, a Política de Coesão distribuirá o seu orçamento por três tipos de regiões: regiões menos desenvolvidas, regiões em transição e regiões mais desenvolvidas.

A estratégia "Europa 2020", um importante programa de ação criado pela UE em 2010 para fomentar e promover um crescimento mais competitivo, sustentável e inclusivo, também assume aqui um papel preponderante, servindo agora de orientação para a aprovação de projetos.

No que respeita ao apoio às regiões, destaca-se a primeira rubrica, "Crescimento Inteligente e Inclusivo", na medida em que é a que inclui a PC. Lamentavelmente, os montantes propostos pela Comissão Europeia indicam um corte de 5,9% dos gastos em coesão, em relação ao anterior quadro financeiro 2007-2013. A posição do Parlamento Europeu e do Comité das Regiões vai no sentido de que o orçamento atribuído à política de coesão deveria pelo menos manter-se.

Depois da sua proposta inicial, a Comissão apresentou o Quadro Estratégico Comum que determina os princípios de gestão da PC, no sentido de maximizar o impacto dos investimentos europeus e responde a esta necessidade fundamental de criar sinergias políticas, traduzindo os objetivos das prioridades da UE para o crescimento inteligente, sustentável e inclusivo em ações-chave financiadas pelo Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER), o Fundo Social Europeu (FSE), o Fundo de Coesão (FC), o Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural (FEADER) e o futuro Fundo Europeu para os Assuntos Marítimos e as Pescas (FEAMP).

Assim, de acordo com a proposta da Comissão Europeia, a Política de Coesão veria distribuído o seu orçamento por três tipos de regiões: regiões menos desenvolvidas, regiões em transição e regiões mais desenvolvidas.

A política de coesão e os seus instrumentos, utilizados de forma mais flexível, são hoje ainda mais indispensáveis, na medida em que podem contribuir para a saída da crise, por um lado, ajudando na correção macroeconómica do modelo europeu sem a qual não é possível acabar com os défices ou superávits estruturais, por outro, pois através dela poderemos fomentar o crescimento, o emprego (no período entre 2000 e 2006 criou cerca de 1,4 milhões de empregos) e a riqueza nacional, face à escassez de meios financeiros dos Estados, particularmente os mais fragilizados. Assim, também convergimos na Europa e reforçamos a nossa competitividade global.

Um diferente memorando

António Correia de Campos

No ano passado (2011), o défice orçamental fixado pela Troika em 5,9% do PIB, deverá ter ficado à volta de 4 ou 4,1%. Cobrimos, não apenas, a derrapagem previsível de 1,5 pontos do défice, como acelerámos em 1,8 pontos percentuais o ajustamento. Fantástico! Só falta dizer que o alcançámos graças aos 3,5 pontos percentuais resultantes da transferência para o universo do Estado do fundo de pensões dos bancários, uma medida conjuntural e irrepetível. E como se isso não bastasse e até sobrasse, como meninos bem comportados, para provarmos que somos capazes de ajustar, penalizando o povo, uma nova forma de marialvismo, resolvemos extrair aos Portugueses metade de um dos subsídios salariais, a todos, empregados por conta de outrem, funcionários e pensionistas. Com esta extorsão instilou-se o medo e a auto-retração, provocando-se uma redução drástica do consumo: deixámos de ir ao restaurante, de levar o carro para o emprego, de andar de táxi, de viajar em autoestradas para poupar nas portagens; passámos a comprar roupa nas feiras de produtos de refugo, a consumir produtos sem proteção do consumidor, a fugir mais aos impostos, perguntando-se, sem vergonha ao consumidor, em qualquer ponto de consumo, até de combustível, se o cliente quer factura.

A partir do início do corrente ano (2012) a despesa pública vai baixar ainda mais com o corte dos dois subsídios. Mas a cobrança de impostos baixou visivelmente, apesar do aumento do IRS e dos aumentos do IVA na restauração. Como se avisou, esse aumento esperado fez ricochete: os pequenos restaurantes e cafés estão a fechar por toda a parte ou passaram a encerrar em férias, prolongando a sua duração, os pequenos proprietários dão baixa de si próprios ao desemprego e assim deixaram de contribuir e passaram a subsidiados, dois prejuízos públicos e um desastre privado, a inatividade. Do lado da despesa orçamentada, em vez de alcançarmos a retração esperada, apertada até aos ossos, ela manifesta pouca margem para mais compressão.

O Governo (a Troika já o havia admitido antes), começa agora a preparar a opinião pública para uma derrapagem dos 4,5% prometidos como défice para este ano. Ainda nos vão tentar convencer de que a culpa é dos outros, dos riscos imprevisíveis na Espanha e Itália, do escasso crescimento dos EUA. Nunca da cruel e louca política restritiva que a direita alemã, holandesa, finlandesa, sueca e portuguesa, resolveu adoptar, esmagando as poucas oportunidades de crescimento e de prevenção do desemprego.

Tudo isto nos aparece envolto no manto diáfano da simpatia da Troika para com o nosso acertado comportamento. Na verdade, a Troika neste momento precisa mais de nós que nós dela. Precisa de mostrar um caso de ajustamento pela penúria que possa ilustrar essa estranha teoria do emagrecimento ativo das economias com problemas, um pequeno país passivo que interiorize e aceite o castigo do desperdício passado.

Não, na verdade, o memorando que assinámos não está a ser cumprido. Aquele que somos forçados a executar é um outro bem diferente.

É preciso explorar o potencial do novo tratado comercial entre a UE e a Colômbia e o Peru

Vital Moreira

O acordo comercial entre a União Europeia e dois Estados-membros da Comunidade Andina das Nações, a Colômbia e o Peru, está atualmente a ser analisado pelo Parlamento Europeu, com vista à sua ratificação nos próximos meses. Este acordo visa a liberalização progressiva e recíproca do comércio entre as duas regiões, e é totalmente compatível com as regras e obrigações da UE na Organização Mundial do Comércio.

O acordo permite efetivamente melhorar o comércio entre as duas regiões, estabelecendo condições favoráveis para que os operadores económicos de ambos os lados possam tirar partido das oportunidades e complementaridades emergentes entre as economias respectivas, atraindo investimentos para os países andinos e ajudando as empresas locais a desenvolver o seu mercado regional para competir internacionalmente. Mais concretamente, o acordo irá aliviar os exportadores europeus de direitos aduaneiros à entrada no Peru e na Colômbia que existem atualmente (e vice-versa), reduzindo ainda outros obstáculos técnicos existentes, além de permitir um melhor acesso ao mercado de compras públicas e serviços.

Por outro lado, este acordo reconhece que a parceria económica entre a UE e a Colômbia e o Peru se baseia no respeito dos princípios democráticos, dos direitos humanos fundamentais e do Estado de direito. Um capítulo sobre "desenvolvimento sustentável" assegura o respeito dos padrões internacionais essenciais em matéria de direitos laborais e de regras ambientais.

Este tratado de comércio externo, que se segue a outros já concluídos nos últimos anos (Coreia, América Central, Ucrânia), e muitos outros em negociação (Canadá, Índia, Singapura, Malásia, Mercosul, etc.) constitui a expressão da ativa política comercial internacional da UE, visando alargar os mercados externos com vista a reforçar as condições de crescimento económico e criação de emprego.

Dada a proximidade político-cultural da América Latina, este tratado deve merecer especial consideração pelos exportadores (e importadores) nacionais, de modo a reforçar a cooperação económica com a região andina, até agora relativamente reduzida. Quando o nosso país aposta prioritariamente nas exportações como meio de reequilibrar a nossa balança externa e como alavanca do crescimento e do emprego, cada novo tratado comercial da UE constitui uma oportunidade que não pode ser desperdiçada. Cabe ao Governo e às associações empresariais analisarem o potencial que este tratado comercial com a Colômbia e o Peru - economias em plena dinâmica de crescimento e mercado de valor não negligenciável - pode oferecer às empresas portuguesas.

A política de comércio externo é definida em Bruxelas pelas instituições da União, mas os seus benefícios só podem ser explorados a nível nacional. É de esperar que a recente visita oficial do Primeiro-ministro português a Lima e a Bogotá tenha tido o novo tratado comercial na agenda do reforço dos laços económicos entre Portugal e os dois países andinos.

O flagelo do desemprego jovem

Edite Estrela

Ter emprego é, em tempos de crise, a maior ambição da generalidade da população em idade ativa. Para os jovens, o emprego está a transformar-se num bem precioso de difícil acesso. De facto, os níveis de desemprego juvenil são alarmantes. Mais de 22% dos europeus com menos de 25 anos estão afastados do mercado de trabalho. Os únicos dados positivos vêm da Holanda, da Áustria e da Alemanha, com taxas inferiores a 10%. Mas há Estados-membros (Portugal, Eslováquia e Lituânia) que já ultrapassaram a barreira dos 30%. Grécia e Espanha são os casos mais graves, com mais de 50% dos seus jovens no desemprego. E, no entanto, esta é a geração jovem mais qualificada de sempre.

A situação é dramática e tende a agravar-se. As estatísticas revelam que, em 2012, há mais 268 mil jovens europeus desempregados que em 2011, atingindo agora os 5,6 milhões. O que significa que um em cada cinco jovens não integra a força produtiva e se encontra sem perspetivas de futuro.

Para debater a situação laboral dos jovens europeus, o Grupo Socialista no Parlamento Europeu organizou recentemente uma conferência que contou com a participação de organizações juvenis de todos os Estados-membros, comissários europeus, ministros, deputados e sindicalistas. Durante dois dias, debateram em conjunto o tema e prepararam uma resolução, espécie de caderno reivindicativo, a ser entregue ao Conselho Europeu.

O desemprego jovem tornou-se no maior problema com que a Europa se confronta. Mais grave que a crise dos défices orçamentais e das dívidas soberanas. O desemprego dos jovens custa, em cada ano, mais de 100 mil milhões de euros à União Europeia, e bastariam 10 mil milhões de euros para retirar dois milhões de jovens do desemprego até 2014.

Para sair da crise, a Europa não pode desperdiçar o talento, a energia e a criatividade da sua juventude. É, por isso, bem-vinda a campanha "o teu futuro é o meu futuro - uma garantia europeia para os jovens, já!", lançada pelos socialistas, propondo um "novo contrato social" que assegure a cada jovem o direito a um emprego, um estágio, formação complementar ou um trabalho combinado com formação para os que estiverem desempregados por mais de quatro meses. Na Áustria a experiência da "garantia" tem dados bons frutos, de tal modo que a Finlândia e o Luxemburgo estão a preparar idêntica iniciativa.

Uma vez que a situação dos mais novos está dependente da conjuntura económica global, os socialistas advogam, ainda, um "Plano Europeu de Investimento" para impulsionar o crescimento sustentável e criar novos postos de trabalho. Há mais de 80 mil milhões de euros (do total de 347 mil milhoes) dos fundos estruturais da UE para o período 2007-2013 não atribuídos e que podem ser destinados à criação de emprego. Não se compreende que, após quatro anos de crise, estes milhares de milhões de euros continuem sem destino.

É tempo de agir. Basta de conversa e hesitação.

À espera do Conselho

Elisa Ferreira

No passado 13 de junho, Daniel Cohn-Bendit, herói dos movimentos de maio de 68 e hoje líder do Partido dos Verdes no Parlamento Europeu (PE), concluía a sua intervenção numa conferência de imprensa em que participava afirmando: "o Parlamento Europeu fez a sua obrigação, esperemos que as outras instituições façam o mesmo".

Foi um evento raro reunir na mesma conferência de imprensa os líderes dos quatro maiores grupos partidários representados no PE (Partido Popular Europeu, Socialistas e Democratas, Liberais e Verdes) a enquadrarem os dois relatores do relatório cuja relevância justificou tal aparato. A cobertura mediática foi muito grande, nomeadamente em Itália e Espanha, embora a comunicação portuguesa tenha estado ausente – vá-se lá saber porquê...

A razão era realmente de peso: o PE tinha acabado de aprovar por larga maioria a proposta feita num dos ditos relatórios, de que fui autora, de exigir à Comissão Europeia que organize a emissão coordenada de dívida dos Estados Membros da Zona Euro e que prepare a criação de um fundo (a extinguir num prazo de cerca de 25 anos) para gerir em comum a dívida soberana acumulada por todos os Estados Membros em excesso dos 60% do PIB. No mesmo texto, o PE exige ainda à Comissão que integre estas iniciativas num roteiro para a progressiva introdução de verdadeiras euro-obrigações e que organize um outro fundo que durante 10 anos, e com o envolvimento do Banco Europeu de Investimentos, dedique 1% do PIB europeu a iniciativas de crescimento e relançamento económico.

Se de facto já estamos cansados de ouvir falar destes temas nos discursos políticos, esta é, todavia, a primeira vez que eles são assumidos num texto legislativo. Sendo que esta é uma matéria em que o Parlamento e o Conselho têm poderes partilhados de co-legislação e que se segue, portanto, outra fase difícil visto que estas propostas não serão lei enquanto não forem aceites pelo Conselho; as negociações nessa perspetiva iniciam-se imediatamente.

Mas esta primeira vitória já foi merecedora de celebração no quadro do PE, até porque ela contém uma outra mensagem clara: não estamos dispostos a colaborar com mais legislação disciplinadora sem que a dimensão de solidariedade assuma peso equivalente.

Veremos como vai decorrer a "batalha" com o Conselho, mas foi reconfortante presenciar uma tão invulgar frente comum entre os principais grupos políticos.

Ocorre-me entretanto uma interrogação: que posição irá tomar o Governo Português no Conselho? Será que, mesmo apesar da degradação quotidiana das condições de financiamento da dívida espanhola e italiana, continuaremos obedientemente a concordar com a Senhora Merkel quanto a que é demasiado cedo para defender a dívida dos Estados contra os ataques dos especuladores?

FICHA TÉCNICA

Edição Delegação Socialista Portuguesa no Parlamento Europeu **www.delegptpse.eu**
Layout e Paginação Gabinete de Comunicação do PS **Periodicidade** Mensal **Tel.** 00 322 2842133 **Email** s-d.delegationPT@europarl.europa.eu